



142

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0318159-9

EMBARGANTE: *ESTADO DE PERNAMBUCO*

EMBARGADO: *M. C. B. B*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. MEDICAMENTO. BOSENTANA. MENOR DE 7 ANOS DE IDADE. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. DESNECESSIDADE DE O JULGADOR ENFRENTAR TODOS OS PONTOS TRAZIDOS PELAS PARTES. TRATAMENTO INDICADO PELO MÉDICO RESPONSÁVEL. MULTA DIÁRIA DE R\$ 2.000,00 NÃO SE AFIGURA EXORBITANTE. ACATAMENTO DE UM PONTO OU FUNDAMENTO LEGAL OCASIONA NECESSARIAMENTE OU NÃO ACATAMENTO DE PONTO OU FUNDAMENTO OPOSTO. INTERPRETAÇÃO LÓGICA. PEDIDO DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 2º (PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES); ART. 5º, *CAPUT* (PRINCÍPIO DA ISONOMIA); ART. 37, *CAPUT* (PRINCÍPIO DA LEGALIDADE); ARTS. 37, XXI (BURLA À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PARA A COMPRA DE MEDICAMENTOS) E ART. 196, *CAPUT* (POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE), TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. DECISÃO FUNDAMENTADA EM VÁRIOS DOS DISPOSITIVOS MENCIONADOS PELO EMBARGANTE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.

1- O embargante argumenta que existem omissões no julgado, eis que não teriam sido debatidos temas que encontram disciplina na legislação pátria. Ocorre, porém, que o acórdão fustigado tratou dos principais temas que envolvem a matéria e fundamentou-se em alguns dos dispositivos mencionados nas próprias razões dos aclaratórios, como será visto ao final.

2- E ainda que não tenha mencionado todos os pontos no *decisum*, não resta configurada a omissão, eis que o Julgador não está obrigado a enfrentar ponto a ponto todos os argumentos trazidos pelas partes, desde que sua decisão esteja suficientemente fundamentada.

3- Relativamente ao tratamento indicado, restou demonstrado por meio de atestado médico.



143

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

4- No que diz respeito às *astreintes*, não se considerou exorbitante o importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) fixados por dia, à vista do bem protegido, *in casu*, a saúde e a vida da paciente, uma menor de apenas sete anos de vida.

5- Na verdade, a matéria objeto do *writ* foi devidamente tratada. Levando-se em consideração uma interpretação lógica, o acatamento fundamentado a um argumento ou dispositivo afasta o argumento ou o dispositivo contrário, não havendo que se falar em omissão de conteúdo por parte do Órgão Julgador por falta de manifestação expressa a cada um dos fatos ou dispositivos citados pela parte. Ou, quando se trata de questões principiológicas, já que vários dos artigos mencionados encartam princípios constitucionais, os mesmos foram levados em conta, porém sob outro enfoque.

6- O que pretende o embargante é tão somente o prequestionamento explícito dos dispositivos supratranscritos.

7- Entretanto, o entendimento majoritário é no sentido da desnecessidade dessa manifestação explícita. A fundamentação do julgado já trata do mérito da lide e indica a norma a ser aplicada. Ou seja, no que se refere ao mérito não haveria que se falar em omissão quando o conteúdo é tratado de forma ampla e fundamentada, como já esclarecido..

8- Precedentes.

9- *Ad argumentandum*, as matérias pertinentes aos dispositivos constitucionais supracitados foram devidamente tratadas, eis que foi mencionada a necessidade de o Poder Judiciário intervir quando estiverem em jogo a proteção à vida e à dignidade da pessoa humana, portanto não há que se falar em violação à Separação dos Poderes. Os princípios encartados no art. 37, *caput* também não foram afrontados e nem o dispositivo que trata do procedimento licitatório para a realização das compras, à vista da urgência da situação. Esclareça-se, ainda, que o art. 5º, *caput* e o art. 196 foram mencionados explicitamente no julgado.

10- Aclaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos dos embargos de declaração em epígrafe, acordam os Desembargadores que integram o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 10/11, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes e embargos declaratórios, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 28/10/14

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



144

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0318159-9

EMBARGANTE: *ESTADO DE PERNAMBUCO*

EMBARGADO: *M. C. B. B*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

RELATÓRIO:

O ESTADO DE PERNAMBUCO ingressou com os presentes embargos declaratórios de acórdão prolatado no mandado de segurança constante dos autos.

O mandado de segurança em questão versa sobre pedido de concessão de medicamento, no caso “bosentana”. O acórdão fustigado rejeitou as preliminares de ausência de condição da ação por falta de prova pré-constituída e de impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, foi concedida a segurança.

O embargante pretende aclarar omissões, argumentando que não foram debatidas questões constantes do art. 2º (Princípio da Separação dos Poderes); art. 5º, *caput* (Princípio da Isonomia); art. 37, *caput* (Princípio da Legalidade); arts. 37, XXI (burla à realização de licitação pública para a compra de medicamentos). Assevera que também foi submetida à apreciação a exorbitância da multa diária cominada. Outrossim, defende a existência de outros medicamentos para tratar sua enfermidade. Finalmente, requer o prequestionamento dos arts. 2º, 5º, *caput*; 37, *caput* e XXI e art. 196, todos da Constituição Federal; arts. 1º e 10 da Lei do Mandado de Segurança; art. 461, §4º do CPC (fls. 112/117).

Intimada, a embargada deixou transcorrer *in albis* o prazo para se manifestar (fl. 137).

É o relatório. Em mesa.

Recife, 24 de 05 de 2014


Des. ~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



145

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0318159-9

EMBARGANTE: *ESTADO DE PERNAMBUCO*

EMBARGADO: *M. C. B. B*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO:

O embargante argumenta que existem omissões no julgado, eis que não teriam sido debatidos temas que encontram disciplina na legislação pátria. Ocorre, porém, que o acórdão fustigado tratou dos principais temas que envolvem a matéria e fundamentou-se em alguns dos dispositivos mencionados nas próprias razões dos aclaratórios, como será visto ao final.

E ainda que não tenha mencionado todos os pontos no *decisum*, não resta configurada a omissão, eis que o Julgador não está obrigado a enfrentar ponto a ponto todos os argumentos trazidos pelas partes, desde que sua decisão esteja suficientemente fundamentada.

Relativamente ao tratamento indicado, restou consignado que:

“Analisando o laudo de fl. 18, vê-se que o estado da paciente, uma criança de apenas 7 (sete) anos de idade é grave, “com risco de arritmia e disfunção cardíaca importante”. Dessa forma, a médica responsável pelo seu tratamento prescreveu o uso de TRACLEER (BOSENTANA) de 62,5 mg, devendo ser administrado um comprimido de 12 em 12 horas. A negativa estatal encontra-se encartada às fls. 20/21.”

No que diz respeito às *astreintes*, não se considerou exorbitante o importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) fixados por dia, à vista do bem protegido, *in casu*, a saúde e a vida da paciente, uma menor de apenas sete anos de vida.

Na verdade, a matéria objeto do *writ* foi devidamente tratada. Levando-se em consideração uma interpretação lógica, o acatamento fundamentado a um argumento ou dispositivo afasta o argumento ou o dispositivo contrário, não havendo que se falar em omissão de conteúdo por parte do Órgão Julgador por falta de manifestação expressa a cada um dos fatos ou dispositivos citados pela parte. Ou, quando se trata de questões principiológicas, já que vários dos artigos mencionados encartam princípios constitucionais, os mesmos foram levados em conta, porém sob outro enfoque.



146

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

O que pretende o embargante é tão somente o prequestionamento explícito dos dispositivos supratranscritos.

A respeito dos embargos de declaração e do instituto do prequestionamento, vejamos o que diz o CPC:

Art.535 - Cabem embargos de declaração quando:

I - Houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II- for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal

Quanto à doutrina, temos que:

" Preenche-se o prequestionamento com o exame, na decisão recorrida, da questão federal ou constitucional que se quer ver analisada pelo Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal. Se essa situação ocorre, indubitavelmente haverá prequestionamento e, em relação a esse ponto, o recurso extraordinário eventualmente deverá ser examinado"¹.

O embargante alega que a não manifestação explícita acerca de um determinado dispositivo legal caracterizaria omissão de matéria a ser submetida à Instância superior.

Entretanto, o entendimento majoritário é no sentido da desnecessidade dessa manifestação explícita. A fundamentação do julgado já trata do mérito da lide e indica a norma a ser aplicada. Ou seja, no que se refere ao mérito não haveria que se falar em omissão quando o conteúdo é tratado de forma ampla e fundamentada, como já esclarecido..

Vejamos o que a jurisprudência fala sobre os aclaratórios para finalidade de prequestionamento:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523/96, REEDITADA ATÉ SUA CONVERSÃO NA LEI Nº 9.528/97. MENOR SOB GUARDA EXCLUÍDO DO ROL DE DEPENDENTES PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. BENEFÍCIO INDEVIDO. INSURGÊNCIA QUANTO A REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO EM SEDE DE EMBARGOS. AUSÊNCIA DOS ALEGADOS VÍCIOS DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. PLEITO DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

Omissis

- Assim, o acórdão embargado não padece dos alegados vícios de omissão e contradição, apenas decidiu a controvérsia de modo desfavorável à pretensão do embargante.

- Os embargos declaratórios, mesmo que opostos para fins de prequestionamento, apenas são admissíveis se a decisão impugnada ostentar qualquer dos vícios que autorizariam a sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

¹ CUNHA, Leonardo Carneiro da, JUNIOR, Fredie Didier. Curso de Direito Processual Civil Vol.3. Editora Jus Podivm, 9ª Ed, Salvador: 2011, pg262.



147

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

- Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 720.706/SE, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 14/12/2012).

Por fim, o entendimento deste Tribunal no mesmo sentido :

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. PEDIDO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. DESNECESSIDADE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE

3.A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada, de modo que não configurada qualquer das hipóteses descritas no art. 535 do CPC, é inviável a pretensão de prequestionamento, ainda mais explícito;"

(ED 169756920118170000 PE 0005952-92.2012.8.17.0000 Rel. Francisco Manoel Tenorio dos Santos, Julgamento : 18/04/2012 2º Grupo de Câmaras Cíveis)

Ad argumentandum, as matérias pertinentes aos dispositivos constitucionais supracitados foram devidamente tratadas, eis que foi mencionada a necessidade de o Poder Judiciário intervir quando estiverem em jogo a proteção à vida e à dignidade da pessoa humana, portanto não há que se falar em violação à Separação dos Poderes. Os princípios encartados no art. 37, *caput* também não foram afrontados e nem o dispositivo que trata do procedimento licitatório para a realização das compras, à vista da urgência da situação. Esclareça-se, ainda, que o art. 5º, *caput* e o art. 196 foram mencionados explicitamente no julgado.

Em face do exposto, voto pela **REJEIÇÃO** dos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o acórdão proferido nos autos do writ.

Recife, 28/05/14

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
~~Desembargador~~